

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport**

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária") apresenta a 7ª edição do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis em conjunto com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As Demonstrações Contábeis do ano de 2019 estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2019 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

**Prezados acionistas,**  
Em 2019, o GRU Airport alcançou marcos importantes em seu desempenho operacional, assim como resultados econômicos e financeiros. Os números alcançados foram resultado do comprometimento, engajamento e dos esforços contínuos empreendidos pela Administração em superar os obstáculos e desafios apresentados em um ano marcado por uma recuperação lenta da economia, o encerramento da operação da Avianca Brasil e as crises de países na América Latina, como a Argentina e Chile. GRU Airport é o maior aeroporto do Brasil e da América do Sul, sendo o segundo mais movimentado da América Latina, com uma média de 117,8 mil passageiros transportados diariamente, 800 operações de pouso e decolagem diariamente e movimentação de 43,0 milhões de passageiros em 2019. O Aeroporto demonstra em números o seu potencial operacional, como o principal polo de distribuição de voos do país com 50 destinos internacionais e 50 domésticos, operados por 41 companhias aéreas. Em relação à operação de cargas aeroportuárias, o Aeroporto movimentou 42%<sup>1</sup> das importações por via aérea no país em 2019. Os armazéns do Aeroporto de Guarulhos estão localizados próximos às principais rodovias do estado de São Paulo, o que facilita a conexão rodoviária com o litoral, o interior do estado de São Paulo e outros estados. O Aeroporto posicionou-se como importante parceiro das companhias aéreas, servindo de *hub* para os passageiros internacionais. Em 2019, do total de passageiros internacionais no país, 62%<sup>2</sup> embarcaram ou desembarcaram em GRU Airport. Em termos financeiros, a receita líquida ajustada apresentou crescimento de 0,7% e os custos e despesas, apresentaram um aumento de 3,1% em relação ao ano de 2018, encerrando o ano com margem EBITDA de 67,9%, demonstrando a consolidação da operação. A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço e o foco na geração de valores para o acionista, permeiam a filosofia que faz com que o GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior Aeroporto da América do Sul.

<sup>1</sup> <http://www.mdic.gov.br>  
<sup>2</sup> <http://www.anac.gov.br>

**DESTAQUES COMERCIAIS E OPERACIONAIS**

Em 2019, o GRU Airport alcançou recordes em números de passageiros, com 43,0 milhões, um crescimento de 1,8% em relação ao ano de 2018, apesar dos desafios ocorridos com a deterioração da operação da Avianca Brasil e encerramento das operações em abril de 2019. Este marco é resultado da estratégia comercial em aumentar as conexões internacionais, desenvolver novas rotas domésticas e novos voos para a Europa e América do Norte, com destaque para a abertura de voos diretos para destinos internacionais como Lima, Montreal, Munique e Malvinas. Além destes destaques comerciais, finalizamos a construção do Pátio 7, resultando em novas posições de estacionamento para aeronaves, iniciamos a operação de 2 novas pontas no Terminal 3, melhorando a qualidade do serviço; e obtivemos a renovação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) referente ao Terminal 3. Em relação ao Terminal 1, incrementamos a capacidade da sala de embarque oferecendo maior conforto aos passageiros.

**Negócios Não Aéreos:** em relação aos negócios não aéreos, em 2019, cabe destacar que tivemos mais de 81 operações de varejo, entre ampliações, reformas de lojas e quiosques, substituições e inaugurações durante o ano de 2019, totalizando aproximadamente 350 operações de varejo. No intuito de aumentar a oferta aos passageiros, contratos com importantes empresas de alimentação e varejistas foram negociados. A publicação do Ofício 89/2018/SRA da ANAC, no qual o Poder Concedente deixou de exigir a criação de subsidiária integral para prestação de serviços não-tarifários, permitiu o início da cobrança de diversos serviços prestados no sítio aeroportuário. Este fato contribuiu para a prospecção e internalização de alguns serviços para passageiros, companhias aéreas e cargas, como por exemplo a paletização de carga e o serviço de câmara fria, ambos na exportação, oferecidos por GRU em 2019.

**Projeto Ágil:** o Aeroporto completou um ano do Projeto Ágil, responsável por realizar as operações de pousos e decolagens de forma simultânea em condições meteorológicas visuais. O projeto foi desenvolvido para proporcionar maior eficiência no gerenciamento do tráfego aéreo, de utilização do sistema de pistas, assim como contribuir e otimizar o trabalho dos controladores e equipes de pátio que operam no Aeroporto. Sua efetiva implementação permitiu um aumento da capacidade de pista do aeroporto para 57 Movimentos/Hora, o que representa um acréscimo de 4% de Movimentos/Hora em relação a 2018. GRU Airport é o único aeroporto brasileiro que possui esse sistema. O procedimento foi desenvolvido em conjunto pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), GRU Airport, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, da sigla em inglês), com apoio da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

**ESTRUTURA SOCIETÁRIA**

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a INVEPAR com 80% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 20%. A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a companhia possui 11 concessões com prazo médio remanescente de 19 anos. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos anos. INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, uma empresa pública federal brasileira de Administração indireta vinculada ao Ministério de Infraestrutura, com mais de 40 anos de experiência no setor e está entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo, com 55 Aeroportos<sup>3</sup> espalhados pelo Brasil, processando, mais de 100 milhões de passageiros. Detém, ainda, participação acionária de 49% nos Aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos e Viracopos (SP), Confins (MG) e Rio de Janeiro (RJ-Galeão). A "*Airports Company South Africa*" (ACSA) é uma empresa sul-africana que opera concessões de Aeroportos. Detentora de nove concessões aeroportuárias na África do Sul em regime de exclusividade (dentre eles, os da Cidade do Cabo e de Johannesburg), além de duas parcerias para a gestão de Aeroportos Internacionais (Mumbai na Índia e Guarulhos no Brasil).

**ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO**

Segundo os dados estatísticos da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) e dos aeroportos brasileiros, as empresas aéreas transportaram, em voos domésticos e internacionais, um total de 206<sup>2</sup> milhões de passageiros em 2019. O número representa uma elevação de aproximadamente 1,1% em relação ao ano anterior. No segmento de voos domésticos, 182,4 milhões de passageiros foram transportados em 2019, que refletiu um aumento de 1,2% em relação ao ano de 2018. Em voos internacionais, o número de passageiros transportados em 2019 apresentou pequeno incremento de 0,2% face ao mesmo período do ano anterior. Esse número foi fortemente afetado pelo câmbio, com a desvalorização do Real frente ao Dólar e pela crise de mercados próximos e relevantes ao setor no Brasil, como Chile e Argentina.

<sup>1</sup> <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>  
<sup>2</sup> <https://transparencia.infraero.gov.br/> e [informações públicas de aeroportos privados](https://www.infraero.gov.br/)

**PERFIL DO NEGÓCIO**

Consolidando sua posição no setor aeroportuário, GRU Airport permanece como aeroporto referência na América Latina e um dos principais aeroportos do Brasil e América do Sul, tendo atingido a participação de 62%<sup>1</sup> dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado brasileiro em 2019. O Aeroporto foi construído e posicionado para ser um *hub* internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, o Aeroporto vem se destacando como a *hub* da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da América do Sul com as demais partes do mundo, com destaque para as rotas da América do Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), para Europa e África.

**PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS**

Desempenho Operacional	2019	2018	Variação %
<b>Nº Total de Passageiros incluindo conexões<sup>1</sup> (Milhões)</b>	<b>43,0</b>	<b>42,2</b>	<b>1,8%</b>
Nº Total de Passageiros Internacionais	14,8	14,9	-0,8%
Nº Total de Passageiros Domésticos	28,2	27,3	3,3%
<b>Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil</b>	<b>292,0</b>	<b>293,9</b>	<b>-0,7%</b>
MTA Internacional (Mil)	75,9	80,2	-5,4%
MTA Doméstico (Mil)	216,1	213,7	1,1%
<b>Volume de Cargas<sup>2</sup> (mil toneladas)</b>	<b>284,1</b>	<b>306,4</b>	<b>-7,3%</b>
Importação Desembarcadas (mil toneladas)	150,6	161,9	-7,0%
Exportação Embarcadas (mil toneladas)	133,5	144,5	-7,6%
<b>Companhias Aéreas<sup>3</sup></b>	<b>41</b>	<b>44</b>	<b>-6,8%</b>
<b>Destinos</b>	<b>100</b>	<b>93</b>	<b>9,7%</b>
<b>Vagas de Estacionamento<sup>4</sup></b>	<b>9.948</b>	<b>9.870</b>	<b>0,8%</b>
<b>Estabelecimentos Comerciais</b>	<b>350</b>	<b>323</b>	<b>8,3%</b>

<sup>1</sup> Considerado volume de passageiros processados  
<sup>2</sup> Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)  
<sup>3</sup> Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares  
<sup>4</sup> Incluindo vagas para motocicletas

<sup>1</sup> <http://www.infraero.gov.br>

**Total de Passageiros**

Em 2019, GRU Airport movimentou 43,0 milhões de passageiros, entre embarques e desembarques, apresentando um aumento de movimentação de passageiros de 1,8% em relação ao ano anterior, que foi de 42,2 milhões. Desse total, 28,2 milhões são de voos domésticos e 14,8 milhões de voos internacionais. O segmento doméstico apresentou um aumento de 3,3% em relação a 2018, devido a consolidação dos *hubs* das Companhias aéreas Latam e GOL e ao incremento da operação da Azul em GRU Airport. O segmento internacional apresentou queda de 0,8% em relação a 2018 apesar de novos voos para Lima, Montreal, Munique e Malvinas. A queda ocorreu por principalmente três motivos: (i) retirada dos voos internacionais da Avianca Brasil; (ii) desvalorização do Real face ao Dólar e Euro, que fez com que a Delta retirasse capacidade de voos de São Paulo; (iii) crise econômica e social na Argentina e Chile, dois importantes mercados internacionais.

**Movimentação de Aeronaves**

Em 2019, 292 mil pousos e decolagens foram operados pelo GRU Airport. Apesar da situação da Avianca, que encerrou as suas operações no aeroporto no dia 27 de abril e a redução de alguns voos internacionais da Delta e American Airlines, o Aeroporto conseguiu recuperar e finalizar o ano com uma leve queda de

número de movimentos de 0,7% quando comparado a 2018.

**Volume de Cargas**

O volume de cargas importadas e exportadas no mercado brasileiro apresentou queda de 13,0%<sup>1</sup> frente ao ano anterior, totalizando 90 mil tons a menos que em 2018. Esses resultados são reflexo da queda do mercado global de carga aérea, tendo sido 2019 o ano com pior performance desde 2009, quando o mercado global caiu 9,7%<sup>2</sup>. Mesmo com a queda do mercado brasileiro, os indicadores do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MIDC) mostram que GRU foi capaz de manter estável seu *market share* de 42% no volume de importação e 51% na exportação em 2019. Adicionalmente, durante todo o ano de 2019, GRU Airport enfrentou um aumento da competição de EADIs (Estação Aduaneira Interior) no mercado de importações, com impacto significativo no volume de cargas nacionalizadas no aeroporto.

<sup>1</sup> [Informações públicas de aeroportos privados](https://www.infraero.gov.br/)  
<sup>2</sup> <http://www.iata.org/en/pressroom/pr/2020-02-05-01/>

**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Em 2019, GRU Airport apresentou crescimento de 0,7% da receita líquida ajustada, atingindo R\$ 2,04 bilhões, sendo um dos principais destaques, a performance acima do realizado no ano anterior das receitas não tarifárias, apresentando incremento de 7,5%.

Os desempenhos econômicos financeiros e operacionais resultaram no EBITDA de R\$ 1,4 bilhão, 0,4% abaixo do realizado em 2018, e a margem EBITDA alcançou 67,9%, demonstrando a resiliência da operação de GRU Airport.

**RECEITAS**

RS MM	2019	2018	Variação %
Receitas Tarifárias <sup>1</sup>	1.268,0	1.323,6	-4,2%
Receitas não Tarifárias	1.064,5	990,2	7,5%
<b>Receita Bruta Ajustada</b>	<b>2.332,5</b>	<b>2.313,7</b>	<b>0,8%</b>
Deduções da Receita Bruta	(294,2)	(289,1)	1,8%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>2</sup></b>	<b>2.038,3</b>	<b>2.024,7</b>	<b>0,7%</b>

<sup>1</sup> Valores não consideram a contribuição tarifária

<sup>2</sup> Não considera a Receita de Construção

As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos:

Tarifárias: devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão), aeronaves (taxas de pouso e permanência) e as tarifas ligadas ao terminal de cargas (armazenagem e capatazia).

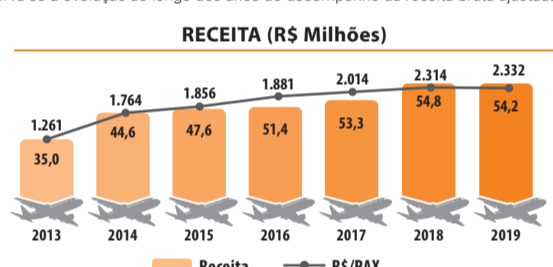
Não tarifárias: são receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, estacionamentos, publicidade e serviços aos passageiros.

**Receitas Tarifárias**

A receita tarifária foi de R\$ 1,3 bilhão, 4,2% inferior ao ano de 2018, contribuíram para este desempenho: (i) interrupção da operação da Avianca sem voos em GRU desde abril/2019 e congelamento dos *slots* operados pela companhia Avianca; (ii) queda de 7,3% no volume de carga movimentada, afetado por conta do encerramento do voo cargueiro de Avianca e aumento das transferências para EADIs (Estação Aduaneira Interior); e (iii) queda na quantidade de MTAs em 0,7%, resultante da saída da Avianca e redução de voos da Delta.

**Receitas Não Tarifárias**

A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 1,1 bilhão em 2019, 7,5% superior aos R\$ 990,2 milhões realizados em 2018. Destaque para a melhora da performance: (i) receitas com *property rentals* devido às novas operações da Sala VIP e operações dos novos hangares; (ii) novas lojas inauguradas, principalmente contratos de grandes grupos alimentícios; (iii) elevação da tarifa média de combustíveis por conta do repasse de reajuste; e (iv) incremento dos serviços das locadoras de veículos e aplicativos de transporte. Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada:



**CUSTOS E DESPESAS**

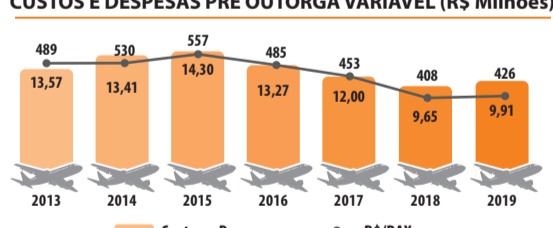
RS MM	2019	2018	Variação %
Passagem*	(123,3)	(134,5)	-8,4%
Conservação & Manutenção	(93,3)	(97,5)	-4,2%
Operacionais	(150,4)	(119,3)	26,1%
Despesas Administrativas e Outras Receita/Despesas*	(58,5)	(56,4)	3,6%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados** - Pré-Outorga Variável (425,6)</b>	<b>(425,6)</b>	<b>(407,7)</b>	<b>4,4%</b>
Outorga Variável	(228,5)	(226,7)	0,8%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados**</b>	<b>(654,1)</b>	<b>(634,4)</b>	<b>3,1%</b>

\* Reclassificação de 2018 apresentada na tabela, de forma a manter a mesma base de comparação com o ano de 2019

\*\* Desconsidera os impactos do custo de construção, depreciação e amortização

Em 2019, os custos e despesas aumentaram em R\$ 19,7 milhões, 3,1% maior face ao ano anterior, em linha com a inflação. O valor de outorga variável acompanha o comportamento da receita da Companhia. Os custos de pessoal apresentaram uma redução de 8,4% em relação ao ano de 2018, decorrente da melhoria contínua de processos e reestruturação organizacional. Em relação à conservação e manutenção, observa-se diminuição de R\$ 4,2 milhões, 4,2% de queda frente ao ano anterior, efeito das renegociações dos principais contratos de manutenção da Companhia, com destaque para: Serviço de Manutenção de Esteiras de Bagagens, Ar Condicionado, Manutenção Predial, Elevadores e Equipamentos. Os custos operacionais apresentaram uma variação mais expressiva com incremento de R\$ 31,2 milhões, devido à: (i) aumento dos custos com energia elétrica decorrente do início de novas operações comerciais e hangares e reajuste anual das tarifas de energia elétrica; (ii) serviços de transporte de passageiros entre os Terminais 1, 2 e 3 e a nova estação de trem da CPTM iniciado em agosto de 2018; e (iii) aumento do número de acessos de passageiros aos serviços *Premium* da Sala VIP, realizados diretamente por GRU Airport, porém, que contribuem para o incremento de receita não tarifária. A evolução ao longo dos anos dos custos e despesas reflete o esforço e comprometimento de GRU Airport em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional.

**CUSTOS E DESPESAS PRÉ OUTORGA VARIÁVEL (R\$ Milhões)**



**EBITDA E MARGEM EBITDA**

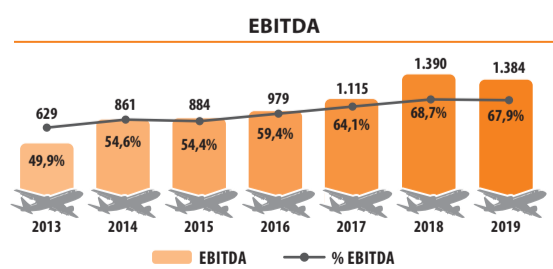
RS MM	2019	2018	Variação %
Receita Líquida	2.038,3	2.024,7	0,7%
Custos & Despesas Operacionais <sup>1</sup>	(654,1)	(634,4)	3,1%
<b>EBITDA</b>	<b>1.384,2</b>	<b>1.390,2</b>	<b>-0,4%</b>
Margem EBITDA (%)	67,9%	68,7%	(0,8 p.p.)

Instrução CVM nº 527/12

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do custo de construção e o IFRS em relação ao custo de construção

O EBITDA em 2019 foi de R\$ 1,4 bilhão, apresentando uma ligeira queda de 0,4% em relação ao ano de 2018. Refletindo o compromisso da Administração da Concessionária em maximizar a rentabilidade operacional da Companhia com resultados sólidos e sustentáveis, mesmo diante do cenário desafiador que afetaram o mercado aeroportuário no Brasil, como já citado, por exemplo, o encerramento da operação da Avianca Brasil.

Observa-se significativo crescimento entre 2013 e 2018 e uma sustentação dos resultados de 2018 para 2019, como demonstrado no gráfico abaixo:



**LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO**

RS MM	2019	2018	Variação %
Prejuízo Líquido do Exercício	(874,5)	(188,2)	364,6%
(-) Impacto Outorga Fixa (contábil)	1.558,5	1.370,6	13,7%
<b>Resultado Líquido Pré-Outorga Fixa</b>	<b>684,0</b>	<b>1.182,4</b>	<b>-42,1%</b>
(+) Outorga Fixa - (caixa)	(1.223,4)	(242,7)	404,0%
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>(539,3)</b>	<b>939,6</b>	<b>-157,4%</b>

Em 2019, o prejuízo líquido foi de R\$ 874,5 milhões, R\$ 686,2 milhões maior em relação ao ano anterior. O aumento do prejuízo apresentado é decorrente de dois eventos: (i) constituição do imposto diferido ativo em 2018; e (ii) em 2019, devido reversão do imposto diferido ativo. Destacamos que em ambos períodos, a constituição e a reversão, foram realizadas com base nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários.

**PRINCIPAIS INVESTIMENTOS**

Em 2019, GRU Airport, iniciou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento, conforto e segurança aos passageiros. Dentre os projetos, destaca-se: (i) construção do Pátio 7 concluído em dezembro de 2019, que contempla em seu escopo a disponibilização de novas posições de aeronaves; (ii) adequações do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio do Aeroporto nas áreas de Terminais e TECA com vistas de regularização junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do Auto de Vistoria (AVCB), demonstrando a responsabilidade do aeroporto em proporcionar maior segurança aos passageiros e estar em ordem com as normas de segurança dispostas pela ANAC; (iii) revitalização do pavimento das pistas de taxiamento com objetivo de mitigar riscos de acidentes; (iv) colapsos na capacidade operacional da área de manobras de aeronaves do aeroporto; (v) investimento de duas novas pontas de embarque no Terminal 3, ampliando a estrutura do Pier; e (vi) investimento em equipamento de Raio-X de cargas para exportação proporcionando aos clientes uma melhor eficiência no processo.

RS MM	2019	2018*
Imobilizado	0,01	0,12
Intangível	131,4	101,8
<b>Total Investido**</b>	<b>131,4</b>	<b>101,9</b>
Capitalização do Resultado Financeiro	247,4	255,3
Margem de Construção	0,0	0,0
<b>Investimento Contábil</b>	<b>378,9</b>	<b>357,2</b>

\* Ajustado, de forma a manter a mesma base de comparação com o ano de 2019

\*\* Movimentações do período. Não considera depreciação e amortização

**ESTRUTURA FINANCEIRA**

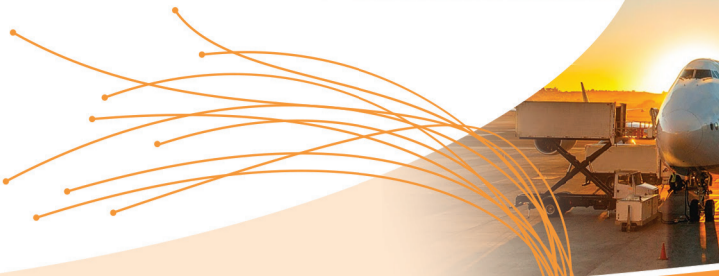
RS MM	2019	2018	Variação %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>3.371,8</b>	<b>3.440,1</b>	<b>-2,0%</b>
Circulante	216,1	176,6	22,4%
Não Circulante	2.444,3	2.531,4	-3,4%
Debêntures	711,4	732,2	-2,8%
<b>Disponibilidades</b>	<b>300,0</b>	<b>653,6</b>	<b>-54,1%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	127,3	502,5	-74,7%
Aplicações Financeiras	172,8	151,2	14,3%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.071,8</b>	<b>2.786,5</b>	<b>10,2%</b>

Em 2019, GRU Airport manteve sua estrutura de dívida, que é fundamentada principalmente no *Project Finance* da Companhia, através do financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES e Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú), somando R\$ 2,6 bilhões do endividamento, bem como as duas emissões de debêntures que somadas atingem o volume de R\$ 711,4 milhões. O saldo de caixa e equivalentes de caixa do ano de 2018 foi utilizado para pagamento da Outorga Fixa do ano de 2019 no montante de R\$ 1.223 MM.

**PRÊMIOS, RECONHECIMENTOS E CERTIFICAÇÕES**

Em 2019, o GRU Airport registrou importantes conquistas para suas operações:

**CEIV Pharma:** certificação global, emitida pela IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo, em inglês) que valida a qualidade, segurança e padronização da estrutura dos armazéns para o recebimento de cargas farmacêuticas.



continuação

**Balancos Patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Aplicações equivalentes de caixa	4	127.257	502.468
Aplicações financeiras vinculadas	5	46.322	28.031
Contas a receber	6	251.639	254.026
Estoques		9.678	6.638
Impostos a recuperar	7a	36.171	38.384
Despesas antecipadas		3.607	5.058
Outros adiantamentos		5.054	4.911
		<u>479.728</u>	<u>839.516</u>
<b>Não Circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5	126.449	123.120
Contas a receber	6	4.530	5.929
Impostos diferidos ativos	7b	19.540	202.229
Estoques		9.391	7.665
Impostos a recuperar	7a	383.869	391.236
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	20.187	14.099
Imobilizado	9	11.248	13.913
Intangível	10	14.059.360	14.580.161
		<u>14.652.304</u>	<u>15.356.182</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.132.032</b>	<b>16.195.698</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Provisões	11	53.005	78.347
Empréstimos e financiamentos	11	216.082	176.564
Debitores	12	85.711	65.274
Impostos a recolher	7d	39.677	37.913
Obrigações com empregados e administradores		20.684	22.992
Concessão de serviço público	13	1.477.166	1.423.218
Partes relacionadas	8	25.426	25.883
Receita diferida	15	19.780	17.377
Adiantamento de clientes		14.553	13.687
Outros passivos	16	<u>1.399.958</u>	<u>135.762</u>
		<u>2.092.042</u>	<u>1.997.377</u>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	2.444.340	2.531.413
Debitores	12	625.673	666.878
Concessão de serviço público	13	11.603.123	11.754.113
Provisão para obrigações legais	14	17.439	11.261
Receita diferida	15	141.944	153.364
Adiantamento de clientes		715	83
		<u>14.833.234</u>	<u>15.117.112</u>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(3.543.349)	(3.355.132)
Resultado do exercício		(874.453)	(188.217)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.793.244)</u>	<u>(918.791)</u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>		<b>15.132.032</b>	<b>16.195.698</b>

período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excederem o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 2.13. Outros ativos e passivos: um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.14. Tributação: as receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014, foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISSQN sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%, a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre Lucros Líquidos ("CSLL"), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (le i tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: **Julgamentos:** a preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que afetem o objetivo de lucro da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Impostos: existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária. Julgamento significativo quanto a receita e despesa de impostos: a taxa de imposto diferido ativo que poderá ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário. • Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. • Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas: a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis à hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado: a demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7). A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. 2.18. Instrumentos financeiros: os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados a: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. 2.21. Adoção das práticas contábeis internacionais: a Concessionária adotou as práticas contábeis internacionais, CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos. A Concessionária não registrou nenhum instrumento financeiro, Pronunciamento CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos. O CPC 06 (IFRS 16) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O CPC 06 (IFRS 16) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial com impacto para o arrendatário. De acordo com a norma, o arrendatário deve reconhecer os arrendamentos no balanço patrimonial e ativo e passivo (registra-se o direito de usar os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor). No ativo registra-se o objeto de uso do bem arrendado, e em contrapartida, um passivo de arrendamento que representa o valor da dívida.

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		2.038.270	2.024.656
Receita de construção		174.037	22.741
Receita operacional líquida	18	2.212.307	2.047.397
Custo dos serviços prestados	19	(1.439.866)	(1.340.555)
Custo de construção	19	(174.037)	(22.741)
Lucro bruto		598.404	684.101
Despesas gerais e administrativas	19	(129.185)	(135.728)
Outras receitas e despesas	19	11.946	13.666
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		481.165	562.039
Resultado financeiro líquido	20	(1.172.929)	(1.076.586)
Resultado antes dos impostos		(691.764)	(514.547)
Imposto de renda e contribuição social	7c	(182.689)	326.330
Prejuízo líquido do exercício		(874.453)	(188.217)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,288)	(0,062)

\*Representação vide nota 2.22.  
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício		(874.453)	(188.217)
Total do resultado abrangente no exercício		(874.453)	(188.217)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(691.764)	(514.547)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	903.026	828.185
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	2.636	5
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	15.803	14.057
Provisão para obrigações legais	14	6.178	6.171
Apropriação de receita diferida	15	(11.476)	(9.481)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.163.395	1.075.600
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(16.276)	(16.028)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11/12	5.427	3.107
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(12.017)	(43.860)
Estoques		(4.666)	1.400
Outros adiantamentos		(143)	(1.809)
Impostos a recuperar		9.580	17.146
Depósitos judiciais		(6.088)	(5.958)
Despesas antecipadas		1.451	2.739
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(32.529)	(6.360)
Partes relacionadas		(457)	(8.648)
Obrigações com empregados e administradores		(2.308)	(7.219)
Impostos a recolher		1.764	1.419
Adiantamento de clientes		1.498	(33.796)
Outras obrigações e contas a pagar		4.196	(29.540)
Outorga variável	13	232.349	230.510
Pagamento outorga variável	13	(230.594)	(195.829)
Receita diferida	15	8.680	12.235
		<u>1.347.665</u>	<u>1.313.385</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(34.991)	(23.988)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		47.844	45.611
Resgate de aplicação financeira resgatada		(115.984)	(84.280)
Aquisição de intangível		(5)	(125)
Aquisição de imobilizado	9	(5)	(125)
		<u>(102.636)</u>	<u>(62.782)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	11	378.375	203.072
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(485.207)	(452.062)
Juros pagos	11/12	(290.042)	(300.825)
Pagamento da outorga fixa	13	(1.232.366)	(242.740)
Outros		(1.630.240)	(1.774.607)
Aumento (redução) líquida nos caixa e equivalentes de caixa		(375.211)	458.048
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		502.468	44.420
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		127.257	502.468
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(375.211)</u>	<u>458.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas			
Receita tarifária e não tarifária	18	2.928.568	2.793.291
Receita de construção	18	2.770.334	2.774.607
Receita operacional líquida	18	174.037	22.741
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(15.803)	(14.057)
Insolus adquiridos em terceiros		(1.076.603)	(911.728)
Custos dos serviços prestados		(821.754)	(822.535)
Custo de construção	19	(174.037)	(22.741)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(80.812)	(66.452)
Valor adicionado bruto		1.851.965	1.871.563
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(903.026)	(828.185)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		948.939	1.043.378
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	47.348	36.377
Valor adicionado total a distribuir		996.287	1.079.755
Distribuição do valor adicionado		996.287	1.079.755
Pessoal e encargos		106.188	117.094
Remuneração direta		74.137	81.314
Benefícios		26.336	26.547
FGTS		5.715	9.233
Impostos, taxas e contribuições		546.114	39.490
Federais		456.980	(51.430)
Municipais		89.134	90.920
Remuneração do capital de terceiros		1.218.438	1.111.388
Juros	20	311.533	343.044
Atualização outorga	20	886.834	761.763
Outros		20.071	6.581
Remuneração de capital próprio		(874.453)	(188.217)
Prejuízo do exercício		(874.453)	(188.217)

\*Representação vide nota 2.22.  
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Não houve impacto da aplicação do CPC 06 (IFRS 16) nas demonstrações contábeis da Concessionária. ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. O ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 20



continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
 Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	1.293	986
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	125.964	501.482
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	127.257	502.468

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 97,91% do CDI (98,19% do CDI em 31 de dezembro de 2018), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	46.322	28.031
Conta Pagamento/ Reserva	46.322	28.031
Não circulante	126.449	123.120
CDB - Garantia Duke Energy	4.448	4.183
Conta Reserva	122.001	118.937
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	172.771	151.151

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,91% do CDI (97,63% do CDI em 31 de dezembro de 2018) em prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário. Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.448 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

**6. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber tarifárias	179.724	167.020
Aeronaves	14.089	17.879
Armazenagem	193.813	184.899
Contas a receber não tarifárias	115.860	112.757
Receitas acessórias	(63.504)	(37.701)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	256.169	259.955
Total contas a receber	251.639	254.026
Circulante	4.530	5.929
Não circulante		

Em 31 de dezembro de 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

31 de Dezembro de 2019	Saldos vencidos									
	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias	Total
256.169	(53.504)	250.216	5.702	58	56	41	20	166	53.414	10.211

Em 31 de dezembro de 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

31 de Dezembro de 2018	Saldos vencidos									
	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias	Total
259.955	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211	10.211

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(37.701)	(23.644)
Adição/Reversão	(17.168)	(19.442)
Baixa	1.365	5.385
Saldo no fim do exercício	(63.504)	(37.701)

O IFRS9/CPAC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas". A Concessionária revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento:

	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 210 dias	211 a 240 dias	241 a 270 dias	271 a 300 dias	301 a 330 dias	331 a 360 dias	> 361 dias
Títulos a vencer	28,7%	38,0%	54,0%	64,0%	74,1%	83,3%	87,3%	91,3%	96,8%	98,9%	100,0%	100,0%	100,0%

**7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

a) **Impostos a recuperar**

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF	7.384	4.832
IRPJ	641	1.061
CSLL	133	215
PIS e COFINS	27.972	32.235
ISSQN	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	36.171	38.384
PIS e COFINS - não circulante	383.869	391.236
Total	420.040	429.620

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos e são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCP05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Ativo diferido	693.179	942.583
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	18.041	18.041
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	711.220	960.624
Total	1.422.440	1.921.248

Passivo diferido

Outorga fiscal(*)	(541.644)	(584.975)
AVP outorga fiscal	(117.093)	(139.006)
Margem de construção(*)	(29.265)	(31.548)
AVP reequilíbrio	(3.678)	(2.866)
Total	(691.680)	(758.395)
Saldo ativo diferido líquido	19.540	202.229

(\*) os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/14. A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	31/12/2019	31/12/2018
2022	15.899	
2023	29.673	
2024	41.795	
2025 a 2032	623.853	
Total	711.220	

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. c) **Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos:** a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	(691.744)	(514.547)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	179.260	34%
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas da legislação	235.200	174.946
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(193)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(417.696)	
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	151.458	
Total dos impostos no resultado - diferido	(182.689)	326.330

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 417.696 em 31 de dezembro de 2019 e constituiu o montante de R\$ 151.458 em 31 de dezembro de 2018 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2019, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.106.259 em 31 de dezembro de 2018.

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Captação/Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.883.395	78.990	162.525	-	(109.480)	(157.219)	-	1.858.211
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	3.135	-	190	-	-	(181)	-	3.144
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	808.949	33.852	62.063	11.591	(46.010)	(71.404)	-	799.061
Itaú	Carta Finança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	26	-	-	(28)	-	6
Daycoval	CCB	julho/19	CDI	5,54%	12.492	-	413	-	(11.667)	(1.238)	-	6
Banco do Brasil	Nota Promissória	dezembro/19	CDI	146,00%	-	270.000	7.378	-	(270.000)	(7.378)	-	-
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória	-	-	-	-	(4.467)	-	-	-	-	4.467	-
Total					2.707.977	378.375	232.615	11.591	(437.157)	(237.446)	4.467	2.660.422
Parcela do circulante					176.564	-	-	-	-	-	-	216.082
Parcela do não circulante					2.531.413	-	-	-	-	-	-	2.444.340

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2017	Captação/Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.969.887	-	177.528	-	(99.425)	(164.595)	-	1.883.395
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	2.891	221	197	-	-	(174)	-	3.135
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	847.426	33.852	74.771	2.891	(41.601)	(74.538)	-	808.949
Itaú	Carta Finança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	24	-	-	(24)	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dezembro/18	CDI	spread	50.460	-	1.929	-	(50.000)	(2.389)	-	-
Daycoval	CCB	julho/19	CDI	5,54%	30.210	-	2.680	-	(18.333)	(2.065)	-	12.492
BTG Pactual	Nota Promissória	setembro/18	CDI	1,40%	-	205.000	3.935	-	(205.000)	(3.935)	-	-
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória	-	-	-	-	(2.149)	-	-	-	-	2.149	-
Total					2.900.880	203.072	261.064	2.891	(414.359)	(247.720)	2.149	2.707.977
Parcela do circulante					222.157	-	-	-	-	-	-	176.564
Parcela do não circulante					2.678.723	-	-	-	-	-	-	2.531.413

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal. Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2019 o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 11.591 (R\$ 2.891 em 31 de dezembro de 2018). Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2021	265.434
2022	289.399
2023	315.528
2024 em diante	1.573.979
Total	2.444.340

**Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto:** em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas. **Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto:** em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento mediante repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1.03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000; e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas. **Finança:** em 01 de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Finança no montante de R\$ 605 para garantir o pagamento de quantias questionadas na Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o spread de 2,9% a.a. **Conta Garantida:** em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI CETIP e sobre-preço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. Em 09 de maio de 2018, este valor foi liquidado. **Nota Promissória:** Em 10 de julho de 2019, a Concessionária realizou a 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais. Foram emitidas 27 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 270.000 em série única e remuneração anual de 146% do CDI. A amortização das Notas Promissórias juntamente com os pagamentos de juros tem prazo final de 150 dias, podendo ser resgatadas antecipadamente. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia resgatou o total de Notas Promissórias emitidas no valor de R\$ 270.000, as quais foram resgatadas da seguinte forma: 4 Notas Promissórias no valor de R\$ 40.000 em setembro de 2019, 13 Notas Promissórias no valor de R\$ 130.000 em outubro de 2019 e 10 Notas Promissórias no valor de R\$ 100.000 em novembro de 2019. **Cédula de Crédito Bancário (CCB):** em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre preço de mercado efetivo anual. Em 08 de julho de 2019, este valor foi liquidado. **Garantias e cláusulas restritivas financeiras:** os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas: • Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); • A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES,

d) **Impostos a recolher**

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos sobre receita PIS e COFINS	26.887	24.068
ISSQN	7.755	7.925
Total	34.642	31.993

Impostos retidos sobre serviços

ISSQN	987	1.682
IRRF	1.224	1.206
INSS	1.922	2.135
CSRF	902	897
Total	5.035	5.920
Circulante	39.677	37.913

**8. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradoras, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos de administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisão por uma realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2019	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
Total			17.730	25.426

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

Debitores	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2019
1ª emissão 476	dezembro/25	IPCA	7,86%	371.066	41.580	(29.419)	(28.748)	-	354.479
2ª emissão 400	outubro/26	IPCA	6,40%	367.860	37.338	(18.631)	(23.848)	-	362.719
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	960	(5.814)
Total				732.152	78.918	(48.050)	(52.596)	960	711.384
Parcela do circulante				65.274	-	-	-	-	65.274
Parcela do não circulante				666.878	-	-	-	-	625.673

Em 31 de dezembro de 2019, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 5.814 (R\$ 6.774 em 31 de dezembro de 2018). Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2021	86.477
2022	106.156
2023	177.797
2024	255.243
2024 em diante	625.673

**13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO**

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2019
Outorga variável	230.379	232.349	-	-	-	(230.594)	-	232.134
Outorga fixa	245.002	-	85.992	23.992	1.175.453	(10.285)	(1.223.366)	1.254.437
(-) Reequilíbrio	(9.812)	-	407	-	(10.285)	-	(9.405)	-
Circulante	1.423.218	232.349	86.399	23.992	1.165.168	-	(1.453.960)	1.477.166
Outorga fixa	11.833.718	-	800.842	223.438	(1.175.453)	-	-	11.883.545
(-) Reequilíbrio	(79.605)	-	(10.102)	-	10.285	-	-	(79.422)
Não circulante	11.754.113	-	790.740	223.438	(1.165.168)	-	-	11.603.123
Total	13.177.331	232.349	877.139	247.430	-	(1.453.960)	-	13.080.289

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2018
Outorga variável	200.801	230.510	-	-	-	(195.829)	-	230.379
Outorga fixa	245.002	-	70.275	23.549	1.110.369	(3.804)	(242.740)	1.202.651
(-) Reequilíbrio	(8.486)	(1.009)	(317)	-	(8.707)	8.707	-	(9.812)
Circulante	437.117	229.501	69.958	23.549	1.101.662	-	(438.569)	1.423.218
Outorga fixa	12.020.886	-	691.488	231.712	(1.110.369)	-	-	11.833.718
(-) Reequilíbrio	(79.463)	-	(8.849)	-	8.707	-	-	(79.605)
Não circulante	11.941.423	-	682.639	231.712	(1.101.662)	-	-	11.754.113
Total	12.378.540	229.501	752.598	255.261	-	(438.569)	-	13.177.331

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191 da ANAC.

Outorga fixa: pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2019 a Concessionária já liquidou 07 parcelas. **Renovação da outorga fixa:** em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11 (SEI)2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos. Em 26 de outubro de 2017, o projeto foram desbloqueadas em 06 de setembro de 2019. **Outorga variável:** além da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versam sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016. Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740. **Outorga fixa 2019:** em 13 de maio de 2019, a Concessionária comunicou ao mercado que realizou a composição parcial da Conta Reserva, para pagamento da outorga fixa, prevista nos contratos de financiamento e de cessão fiduciária de direitos creditórios, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Bancos Repassadores (vide nota explicativa nº 11).

Em 30 de agosto de 2019, a Concessionária efetuou o pagamento integral da Outorga Fixa, as contas do projeto foram desbloqueadas em 06 de setembro de 2019. **Outorga variável:** além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos e devoluções. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. **1º Reequilíbrio econômico financeiro:** em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquela aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional. Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revisados quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. **2º Reequilíbrio econômico financeiro:** em 30 de outubro de 2014, no âmbito do Processo 00058.534906/2017-14, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária em razão da impossibilidade de utilização das áreas comerciais com construção judicial. Em 11 de outubro de 2018, de acordo com a Decisão nº 159 da ANAC aprovou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que será realizada por meio de revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária nos termos do artigo 3º da Decisão nº 159/2018. Desse modo, a parcela da contribuição fixa devida em 2019 foi deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado durante o período de construção, correspondente a R\$ 939 devidamente atualizado até a sua compensação.

**14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

Provisão para riscos	31/12/2018	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2019
Trabalhistas (a)	10.518	7.739	(2.393)	709	16.573
Tributário (b)	163	-	(24)	31	170
Administrativos (c)	458	31	(194)	58	353
Cíveis (d)	122	462	(524)	283	343
Total	11.261	8.232	(3.135)	1.081	17.439

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para riscos	(Reapresentado)*	-
Trabalhistas (a)	2.932	3.506
Tributários (b)	334.838	83.787
Administrativo (c)	41.489	68.547
Cíveis (d)	136.273	1.986
Total	515.532	157.826

\* Reapresentação de saldo para os riscos possíveis, sem impacto contábil devido a classificação de risco.

a) **Riscos trabalhistas:** a Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 81% do total das contingências.

b) **Riscos tributários:** autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio do contrato de concessão junto à ANAC.

c) **Riscos Administrativos:** atuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo. d) **Riscos cíveis:** processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

**Depósitos recursais e judiciais:** em 31 de dezembro de 2019, a Concessionária possuía R\$ 20.187 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 14.099 em 31 de dezembro de 2018).

**15. RECEITA DIFERIDA**

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2019
Cessão de espaço	9.981	1.443	(11.476)	12.076	12.024
Reequilíbrio	7.566	-	(8.150)	8.150	7.566
Circulante	17.377	1.443	(19.626)	20.226	19.780
Cessão de espaço	94.076	7.237	-	(12.076)	89.237
Reequilíbrio	59.288	-	1.569	(8.150)	52.707
Não Circulante	153.364	7.237	1.569	(20.226)	141.944
Total	171.101	8.680	(18.057)	-	161.724

	Saldo inicial 31/12/2017	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2018
Cessão de espaço	9.274	1.828	(9.485)	8.364	9.981
Reequilíbrio	7.566	-	(7.958)	7.958	7.566
Circulante	17.030	1.828	(17.443)	16.322	17.377
Cessão de espaço	92.033	10.407	-	(8.364)	94.076
Reequilíbrio	66.150	-	1.096	(7.958)	59.288
Não Circulante	158.183	10.407	1.096	(16.322)	153.364
Total	175.213	12.235	(16.347)	-	171.101

Amortização	Data
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2019
1ª emissão 476	dezembro/25	IPCA	7,86%	371.066	41.580	(29.419)	(28.748)	354.479
2ª emissão 400	outubro/26	IPCA	6,40%	367.860	37.338	(18.631)	(23.848)	362.719
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	960
Total				732.152	78.918	(48.050)	(52.596)	711.384
Parcela do circulante				65.274	-	-	-	65.274
Parcela do não circulante				666.878	-	-	-	625.673

Em 31 de dezembro de 2019, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	2ª Emissão	Série única	Total
Principal	7.253	7.361	7.381	7.424	18.831	48.050	87.350
Juros	7.068	7.201	7.193	7.286	23.848	52.596	91.594
Garantias e cláusulas restritivas financeiras	-	-	-	-	-	-	-
(Vide nota explicativa nº 11)	-	-	-	-	-	-	-

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2019
Outorga variável	230.379	232.349	-	-	-	(230.594)	-	232.134
Outorga fixa	245.002	-	85.992	23.992	1.175.453	(10.285)	(1.223.366)	1.254.437
(-) Reequilíbrio	(9.812)	-	407	-	(10.285)	-	(9.405)	-
Circulante	1.423.218	232.349	86.399	23.992	1.165.168	-	(1.453.960)	1.477.166
Outorga fixa	11.833.718	-	800.842	223.438	(1.175.453)	-	-	11.883.545
(-) Reequilíbrio	(79.605)	-	(10.102)	-	10.285	-	-	(79.422)
Não circulante	11.754.113	-	790.740	223.438	(1.165.168)	-	-	11.603.123
Total	13.177.331	232.349	877.139	247.430	-	(1.453.960)	-	13.080.289

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2018
Outorga variável	200.801	230.510	-	-	-	(195.829)	-	230.379
Outorga fixa	245.002	-	70.275	23.549	1.110.369	(3.804)	(242.740)	1.202.651
(-) Reequilíbrio	(8.486)	(1.009)	(317)	-	(8.707)	8.707	-	(9.812)
Circulante	437.117	229.501	69.958	23.549	1.101.662	-	(438.569)	1.423.218
Outorga fixa	12.020.88							



→ continuação

**Diretoria**

**Gustavo Soares Figueiredo** - Diretor Presidente  
**Monica da Cruz Lamas** - Diretora Comercial e Cargas

**Pascoal Cunha Gomes** - Diretor Administrativo Financeiro, Relação com Investidores e TI  
**Miguel Dau** - Diretor de Operações

**Fagner Gomes da Silva**  
 Controller

**Rodrigo Sampaio Kumasaka**  
 Contador - CRC 1SP 250.067/O-7

**Conselho de Administração**

**Abel Alves Rochinha**  
 Presidente do Conselho de Administração

**Renato Proença Lopes**  
**Paulo Alexandre Pereira da Silva**  
**Marcelo Sampaio Cunha Filho**  
**Hélio Paes de Barros Junior**

**Marcos Bastos Rocha**  
**Ronei Saggioro Glanzmann**  
**Paulo Cesar Cândido Werneck**

**Parerco do Conselho Fiscal**

acompanhar a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará." Guarulhos, 17 de março de 2020

**Leandro Ferreira Gonçalves** - Presidente e Membro Titular do Conselho Fiscal  
**Frederico Lorentz** - Membro Titular do Conselho Fiscal  
**Antônio Pallú** - Membro Titular do Conselho Fiscal

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.** Guarulhos - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 874.453 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.793.244 mil e o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 1.612.314 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que a Companhia, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos 12 meses, também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2019, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão:** **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa no 10 - "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 14.059.360 mil. Em 31 de dezembro de 2019, a situação financeira da Companhia indica que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2018. Esse teste foi considerado novamente como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2019, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas de crescimento da economia e do mercado como um todo. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiámos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo

preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa. Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais pessimista e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa no 7 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 711.220 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2019, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação financeira finanças, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo expectativa de crescimento, inflação, bem como comparamos com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado e efetuamos análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada no modelo preparado pela Companhia, para projetar os lucros tributáveis futuros da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que, no que se refere à mensuração, registro e perspectiva de recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. **A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração:** Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos a rede a estar este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam adequadamente as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de março de 2020



**Grant Thornton**  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP-025.583/O-1

**Régis Eduardo Baptista dos Santos**  
 CT - CRC 1SP-255.954/O-0

**GRU AIRPORT** AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

**MAIOR AEROPORTO DA AMÉRICA DO SUL**

**NOSSO ANO EM NÚMEROS 2019**

